



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 20 19.ª Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 23 de julho de 2012

Aos vinte e três dias do mês de julho, do ano dois mil e doze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes Membros: Antero de Figueiredo Marques Teixeira, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Gonçalo Chambel (em substituição de Cristóvão Crespo, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Manuel Morujo (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Clementina Miranda (em substituição de Luís Pargana, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Paula Tomaz (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Catarina Alexandra Dias, António Fernando Ceia Biscainho, José Chambel Tomé (em substituição de Carlos Afonso, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Fernando Caetano (em substituição de Maria Fernanda Bacalhau, nos termos do artigo 78.º, do Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, António Maria Petas Chaparro, Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da mesa, deu início aos trabalhos, eram 21:15 horas, altura em que deu conhecimento dos vários pedidos de substituição dos Membros que não puderam estar presentes naquela sessão da Assembleia Municipal. Seguidamente, foi efetuada a chamada. Constituído o quórum, o Presidente da Mesa informou os presentes dos pontos em questão e que o primeiro ponto se relacionava com a necessidade da Assembleia Municipal entregar um relatório à unidade técnica da Assembleia da República, relativamente à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, mais propriamente no que dizia respeito às Freguesias. A Mesa já tinha na sua posse os pareceres das Assembleias de Freguesia e teriam de passar ao debate sobre o assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ORDEM DO DIA:

1 – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica – Lei n.º 22/2012 de 30 de maio;

Presente a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, bem como os pareceres das Juntas de Freguesia do Distrito de Portalegre. -----

Solicitando o uso da palavra, António Oliveira disse que, de certa forma, já ali tinham discutido aquele assunto e tomadas algumas deliberações mas, de facto, estavam agora perante uma situação nova, porque a Lei 22/2012 já tinha sido publicada. Aquela Lei impunha uma série de critérios e parâmetros, em termo da agregação ou fusão de Freguesias. Disse que, tal e qual como estava definido no art.º 16.º da mesma Lei, onde referia expressamente que os Municípios que pretendessem concretizar processos de fusão deveriam ser apresentadas as respetivas propostas à Assembleia da República, o entendimento seria que também no caso das Freguesias tal deveria acontecer. Portanto, não era encarado de forma positiva que, por um lado para os Municípios fosse dada alguma liberdade para manifestarem a sua adesão a um processo de fusão e que, por outro lado, para as Freguesias fossem impostos critérios e parâmetros que, nalguns casos, obrigavam àquela mesma fusão, mesmo havendo manifestação contrária dos órgãos próprios. Portanto, entendiam que na base de qualquer processo de fusão de Autarquias, tanto Municípios como Freguesias, deveria estar sempre como ponto de partida uma proposta ou manifestação por parte dos órgãos autárquicos próprios, sendo aquela a posição de base sobre a Lei em questão. Relativamente ao que a Lei previa no caso do Município de Portalegre e não perdendo a declaração anterior, considerou que o facto de quererem classificar como lugar urbano as Freguesias de São Lourenço, Sé, Ribeira de Nisa e Urra, resultava de um total desconhecimento e de alguma distorção na análise do que era, efetivamente, aquelas quatro Freguesias, porque só alguém que não pertencesse ao Município é que poderia considerar que as mesmas seriam similares e tinham as mesmas características, a mesma demografia, os mesmos antecedentes históricos, sócio-culturais, etc., para virem a ser todas englobadas no mesmo “pacote” e para que daquelas quatro resultassem duas. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que, sabendo aquela Assembleia Municipal qual era a posição da CDU acerca da fusão, cada vez mais o seu contra era justificado. Porque a confusão existente no Governo ao criar critérios em cima da hora, fosse para a Educação, fosse para que assunto fosse, demonstrava aquilo mesmo. No entanto, apoiava o que o Membro Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

referiu acerca do parecer das Freguesias, até porque sabia o que a ANAFRE, enquanto órgão democrático do poder local, a menos que o Governo assim não entendesse, pensava sobre tudo aquilo e, obviamente deveria ser ouvida, assim como as Freguesias. -----

No uso da palavra, António Baptista solicitou que fosse especificada qual era a proposta a apresentar. Acrescentou que sobre a proposta de parecer sobre a revisão administrativa, também já ali tinha chamado a atenção acerca da importância daquela reforma para a manutenção e consolidação d poder autárquico local, uma vez que sempre foi seu entendimento de que, quando as coisas ficavam estáticas no tempo e quando não se acompanhava a evolução, acabavam por não dar um sinal de solidificação e de fortalecimento, mas sim de fraqueza e de estarem condenados ao fracasso. O seu partido sempre defendeu que deveria haver uma reforma autárquica administrativa e, ao contrário do que foi dito anteriormente, entendia que cada vez mais se justificava aquela mesma se fizesse, Disse ainda que, mais à frente, ainda iria apresentar a proposta que o CDS sugeria àquela Câmara. -----

Em resposta, António Oliveira disse que a proposta se podia desdobrar em dois pontos: o 1.º, tendo em conta o estabelecido na lei 22/2012, era que as Freguesias de Urra e da Ribeira de Nisa não fossem consideradas como integrantes do lugar urbano, designado por Portalegre; mais importante até, era o facto de que, qualquer reforma que se fizesse tivesse em conta as posições tomadas pelos órgãos autárquicos próprios e eleitos democraticamente, em cada Freguesia. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista disse que as duas propostas anteriores deveriam ser colocadas em separado para votação e que, se assim fosse, o CDS não teria qualquer objeção quanto à primeira. Relativamente à segunda, entendia que os órgãos eleitos tiveram oportunidade para se manifestarem e, portanto, a mesma perdia o momento para ser ali apresentada. -----

No uso da palavra, António Oliveira disse existir ali alguma confusão de timings, porque a maior parte das Assembleias de Freguesias enviaram os pareceres àquela Assembleia Municipal e era precisamente o motivo de estarem ali reunidos, para que depois se enviassem à Assembleia da República.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa esclareceu que o que estava em cima da mesa de trabalhos eram, fundamentalmente, dois aspetos: deliberar acerca da retirada das Freguesias de Urra e Ribeira de Nisa dos lugares urbanos e o segundo ponto seria o de reforçar a opinião que as próprias Assembleias de Freguesias verteram sobre os pareceres apresentados. Portanto, cabia àquela Assembleia enviar à Assembleia da República a decisão ali tomada.-----

Solicitando o uso da palavra, João Janeiro perguntou ao Membro António Baptista se não tinha tido conhecimento dos documentos que as Assembleias de Freguesia apresentaram? -----

No uso da palavra, Adriano Capote lembrou a todos de que o dia 15 de Outubro era a data limite das propostas para a Assembleia. -----

O Presidente da mesa informou de que a razão da marcação daquela sessão foi no sentido de prever que, efetivamente, poderia não haver a agregação prevista no diploma e de, atempadamente, ser elaborado o respetivo relatório de forma a ser enviado à Unidade Técnica, a qual depois contactará os envolvidos na questão a prolongar por mais 20 dias para que se pronunciem. --

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa quis solicitar alguns esclarecimentos, proponente daquela proposta ali verbalizada, no sentido de saber se na Assembleia Municipal estavam, de facto, no uso das suas competências para alterar a definição dada por alguém às Freguesias do Concelho. Mais ainda, saber que validade teria a deliberação ali tomada e se o PSD teria alguma fórmula que permitisse que tal ficasse estabelecido para além de um mero anunciar ou da votação daquela Assembleia Municipal? -----

O Presidente da mesa interrompeu, dizendo que a questão derivava do próprio diploma da Lei 22/2012, o qual dizia que quem tinha a competência para efetuar a reclassificação de urbano para rural eram as Autarquias e que quem possuía a flexibilidade para gerir tais mecanismos eram os autarcas. Contudo, quem tinha a última palavra era a Assembleia da República. A posição que ali fosse veiculada, pelos eleitos locais e por uma boa parte dos munícipes do Concelho, era naturalmente o papel que lhes seria permitido concretizar. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, do que conhecia da lei, era da capacidade própria dos órgãos do Município, poderem elaborar e aprovar propostas, tendo em conta a reclassificação do território do espaço do Concelho e, de alguma forma, sem a necessidade de vincular outros órgãos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Estado àquela decisão. A questão que colocou era se faria sentido aprovar-se uma proposta que meramente excluísse da denominação urbana as Freguesias que tinham na sua componente geográfica partes que eram, objetivamente, partes urbanas?-----

No uso da palavra, António Oliveira disse que, na questão da flexibilidade daquela Assembleia, a mesma constava do art.º 7.º da lei e dava alguma margem de manobra às Assembleias Municipais para se pronunciarem sobre os termos e os parâmetros definidos na lei. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que a questão que colocou não era aquela, mas sim se faria sentido a Assembleia pronunciar-se, única e exclusivamente, sobre a alteração do critério que definia que uma Freguesia, com uma área maioritariamente rural, mas que tinha comumente aceite por todos, parte da sua área no perímetro urbano da Cidade?-----

Em resposta, António Oliveira informou que a sua proposta não era única e exclusivamente naquela matéria, já referida. Em primeiro lugar, a proposta do seu grupo era que, qualquer fusão e agregação de Freguesias deveria ser sempre na base da pronúncia dos respetivos órgãos, de cada Freguesia. Caso aquela proposta não colhesse admissão da Assembleia da República, entendiam que as Freguesias da Urra e Ribeira de Nisa não deveriam ser consideradas como lugar urbano. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que havia ali alguma confusão, pois a Assembleia Municipal, enquanto órgão político por excelência, que não técnico, tinha toda a competência para dizer que não queria a não divisão ou fusão. ----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro apelou aos membros presentes para que tivessem mais atenção relativamente ao que se decidia nas sessões daquela Assembleia Municipal. Referiu que o membro Adriano Capote devia ter estado distraído quanto à posição do PS, naquela matéria, uma vez que a posição tomada em janeiro do ano em curso foi aprovada pela Assembleia e foram, pois, propostas do PS que inclusivamente foram votadas pela CDU. De qualquer forma, já seria de esperar que aquele mesmo tema causasse alguns equívocos porque até o próprio professor da Universidade de Coimbra, Manuel Porto, indicado pelo PSD e que tomou posse na Assembleia da República, como responsável da unidade técnica para a reorganização administrativa e que, em declarações à Agência Lusa, espalhou ainda mais confusão pelas 308 Assembleias Municipais, existentes no País. O que o mesmo disse não deixou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de ser fantástico, porque colocou a dúvida sobre o que é que as Assembleias estavam a fazer e admitiu, inclusive, que nem era preciso a extinção e fusão de Freguesias, pois havia outros problemas mais importantes no País. Disse também que: "...se deveriam minimizar o número de Freguesias a extinguir porque quantas mais, melhor.". Portanto, se o próprio Presidente da unidade técnica disse aquilo, então quem estava efetivamente a gerar a dúvida sobre as competências e a utilidade daquela lei era o PSD e os partidos que governavam o País. Acrescentou que a posição do PS era a mesma que tomaram em janeiro último e não houve nenhum documento legal novo que justificasse uma alteração de posição, relativamente àquilo que foi aprovado por aquela Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Adriano Capote informou que o que a CDU pretendeu aproveitar foi a "queda" para a democracia local do PSD.-----

Usando da palavra, Luís Testa disse que a proposta ali apresentada pelo PSD dava a entender que tanto a Urra como a Ribeira de Nisa, embora fossem freguesias rurais, tinham espaço urbano e a Sé e São Lourenço eram freguesias urbanas, mas tinham espaço rural. Portanto, tudo poderia ficar na mesma, mesmo que cada uma fosse classificada de maneira diferente, ou seja: tinham mas podiam e podiam mas tinham. Na sua opinião, o problema do membro Adriano Capote era o facto de confundir as perguntas legítimas de quem faz política com as suas posições dogmáticas e, obviamente que, daquele modo, nunca tem dúvidas e raramente se engana.-----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista referiu que, quanto ao que foi dito pelo Miguel Monteiro, sobre o número máximo de Freguesias possíveis, não deveriam ser todas e mais algumas, mas sim o máximo número que a estrutura do território nacional suportava e as que fossem positivas para a evolução socioeconómica do País. -----

No uso da palavra, António Chaparro disse que a avaliação da lei que ali estava a ser feita poderia ser legítima mas, acima de tudo, deveriam centrar-se na posição daquela Assembleia sobre aquilo que interessava ao Concelho. Em segundo lugar e uma vez que foi solicitado o parecer às Assembleias de Freguesia, em que todas se manifestaram contra a proposta apresentada e votada na Assembleia da República, deveriam pois ser ouvidos os membros representantes das mesmas e a Assembleia tomar a decisão sobre o Município de Portalegre. Na sua opinião e em consonância com o que foi votado pela Assembleia de Alegrete, as dez Freguesias que faziam parte do Concelho não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eram demasiadas; faziam falta, estão perto das populações e respondiam aos anseios e às necessidades daqueles que os elegeram. -----

O Presidente da mesa informou que a proposta apresentada também ia no sentido de que todas as Freguesias eram necessárias. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista disse querer apresentar a proposta do CDS-PP, acrescentando que anteriormente já se tinha pronunciado sobre a reforma que deveria acontecer, em termos de Freguesias do Concelho, afirmando que a mesma teria de ir mais além do que a sugerida pelo Governo. No entanto, a concelhia do seu Partido, fez chegar uma proposta que não era totalmente defendida por si, mas que, enquanto representante, entendia por bem dá-la a conhecer aos presentes. Referiu que era do seu entendimento manterem-se cinco Freguesias, ou seja, uma urbana e quatro rurais. Contudo a proposta que ia ali apresentar era apenas de quatro Freguesias, uma urbana e quatro rurais. Portanto, a proposta do CDS-PP era a seguinte: -----

- Freguesias urbanas – agregação das Freguesias da Sé e São Lourenço;
- Freguesias rurais – agregação das sete em duas novas Freguesias:
 - 1.^a – Agregação das Freguesias de Alegrete, S. Julião e Reguengo;
 - 2.^a – Agregação das Freguesias das Carreiras, Alagoa, Fortios e Ribeira de Nisa e manutenção da atual Freguesia de Urra, tal como está. -----

O Presidente da Mesa lembrou que tinham duas propostas, até ao momento.

No uso da palavra, Adriano Capote disse não ter feito ponto de ordem à mesa, apenas porque pensou que o Presidente da Assembleia recusa-se, liminarmente, a proposta do CDS, uma vez que estava mais do que comprovado, por intervenções já ali proferidas, que a maioria dos membros daquela Assembleia era contra a fusão e a extinção das Freguesias. Além do facto de também não constar da ordem de trabalhos qualquer alteração a essa decisão. Acrescentou que o que ali estava ainda para votação decorria das palavras do membro Oliveira, ao não concordarem com aquela lei no que diz respeito à classificação; em segundo lugar fazerem com que a ANAFRE fosse ouvida. Portanto, para a CDU, a proposta do CDS não tinha cabimento naquela Assembleia, até porque aquela sessão era extraordinária. -----

O Presidente da mesa lembrou aos presentes que estavam ali para discutir a reorganização do Concelho, em termos de autarquias. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa solicitou ao Presidente da Mesa que esclarecesse aos membros os termos em que aquela convocatória foi feita. Na sua opinião, o membro Adriano Capote tinha razão. Referiu que o que ali era proposto era discutirem a Lei 22/2012 e o enunciado da mesma. Portanto, julgava, salvo melhor opinião, que não poderia haver propostas a não ser que tivessem sido prévias, como aliás seria competência da própria Câmara Municipal. Contudo, o que ali assistiam era o facto da Câmara Municipal de Portalegre demitiu-se completamente daquela proposta, relegando para a Assembleia a tarefa de discutir o que já estava discutido desde janeiro.-----

O Presidente da mesa referiu que a lei em causa estava aprovada pela Assembleia da República e, obviamente, que não a iriam alterar. Relembrou que o que iriam discutir seria a aplicação da lei no Concelho de Portalegre. Quanto à Câmara Municipal, informou que a mesma não tinha a obrigatoriedade de se pronunciar. Por outro lado, uma vez que estavam a debater a aplicação daquela lei, qualquer proposta era válida, porque o que foi decidido em janeiro poderia, caso a proposta fosse aprovada, ser válida. -----

Usando da palavra, Adriano Capote referiu que teriam de fazer uma revisão da deliberação da Assembleia Municipal de 30 de janeiro, pois só se alterava uma deliberação daquela sessão, se estivesse na ordem de trabalhos extraordinária.-----

O Presidente da mesa disse que cada um era livre de fazer a interpretação que quisesse, mas o que ali iriam fazer era a interpretação que a lei permitia. -----

No uso da palavra, António Baptista disse que qualquer Assembleia, fosse de âmbito Municipal ou de Freguesias, podia a dada altura, desde que dentro do tema da discussão em que estava, alterar uma deliberação já tomada. Mais disse que quando se discute uma lei, também se discutiam os anexos da mesma, bem como todos os documentos subjacentes. Portanto, entendia que a democracia era exatamente aquilo: se os órgãos das Assembleias entendessem votar em sentido contrário, poderiam fazê-lo. Concluiu dizendo que os unanimismos e os totalitarismos não interessavam nem eram “saudáveis” para a democracia.-----

No uso da palavra, António oliveira disse que, efetivamente, se tinham pronunciado ali em janeiro sobre o documento verde e que, desde então, já tinha entrado em vigor aquela lei (30 de maio). Perante tal, perguntou à Mesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

se estavam ali a discutir o previsto no art.º 11.º, que era a pronúncia da Assembleia Municipal? Porque, no seu entender, se estivessem ali para discutir outra coisa que não o referido artigo, então não valia a pena gastar tempo.-----

Solicitando o uso da palavra, Catarina Dias sugeriu à Mesa que fossem práticos e esclarecedores para que, de uma vez por todas, os presentes soubessem o que é que estava à votação. Entendia que o assunto em discussão era de extrema importância e, contudo, a Mesa não tinha conseguido fazer transparecer a principal razão de estarem ali naquela sessão.

O Presidente da mesa informou novamente que o que estava previsto na lei era o que ali se tratava. Referiu não ser necessário fazer nenhum desenho. Obviamente que o importante era que as Freguesias se pronunciassem.-----

Pedindo o uso da palavra, Miguel Arriaga disse que percebia a ansiedade demonstrada pelo PS, pois se bem se recordava, a primeira versão assinada pela Troika partiu dos mesmos e passou a citar: “O Partido Socialista assinou com a Troika reduzir para metade o número de Municípios e cerca de um terço o número de Freguesias.”; portanto, percebia-se que tivessem alguma dificuldade em gerir aquele tipo de situações e em apresentarem algumas propostas. Portanto, não deviam dizer ali que não foi discutido o suficiente, nem foram apresentadas propostas não era correto porque as propostas estavam em cima da mesa. Sugeriu que passassem à votação sem mais discussão.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara quis esclarecer o seguinte aspeto: na última reunião extraordinária daquela Câmara foi posta à consideração, junto dos Vereadores do PS pois o Vereador Hugo Capote já se tinha ausentado da sala, se deveriam discutir aquele assunto numa próxima reunião, a qual teve lugar naquele mesmo dia. Na altura, disseram-lhe que o assunto deveria ser remetido para a Assembleia Municipal e assim o fez. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro solicitou ao Presidente daquela Assembleia que tivesse um pouco mais de respeito pelos Membros da mesma, porque o facto de ter usado a expressão “...fazer um desenho” era profundamente ofensivo para todos os presentes. Em segundo lugar, disse que também não era de bom-tom, no órgão democrático, utilizar-se a expressão “totalitarismo”, porque só quem não tinha o mínimo de noção daquilo que era um regime totalitário e do que era o funcionamento de uma instituição num regime daqueles é que o fazia. Relativamente ao que foi proferido por Miguel Arriaga,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

disse que o mesmo tinha problemas de orientação política, porque efetivamente não estavam em S. Bento mas sim em Portalegre, para resolver as questões locais. Portanto, ali eram o órgão que resolviam as questões respeitantes ao concelho de Portalegre, logo não valia a pena agitar a bandeira da Troika. Disse ainda que aquela Assembleia corria o risco de entrar num descrédito preocupante uma vez que, no passado mês de janeiro já tinham sido entregues propostas concretas e votou-se a favor da manutenção das Freguesias, tal como elas estavam. Questionou, pois, o que é que se tinha de alterar naquilo que foi aprovado anteriormente? As Freguesias teriam mudado de opinião? As reuniões feitas nas Assembleias de Freguesia deram algum indício para que se mudasse de procedimento, relativamente àquela matéria? Os Partidos políticos mudaram de opinião? Reforçou o facto de a posição do PS ser aquela que tomaram em janeiro e que a Assembleia aprovou. -----

O Presidente da mesa admitiu ter sido levado a falar demais. Por outro lado, considerou exagerada a observação anterior. Acrescentou que não estava ali para defender determinada bancada, mas sim para fazer um juízo linear e objetivo dos debates. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Arriaga referiu que o problema de orientação não era do PSD, mas sim a bancada do PS, representada pelo membro Miguel Monteiro porque, na altura devida, não deram uma única palavra a criticar a medida proposta pelo Governo. Foi dito que as Assembleias de Freguesia tinham assumido um conjunto de decisões, além de que, receberam, na semana passada, mais decisões, tomadas por duas Assembleias de Freguesia e que faziam todo o sentido, estando ali a ser discutidas naquele ponto. Concluindo, referiu que não havia desorientação e fazia todo o sentido que aquelas propostas fossem votadas. -----

No uso da palavra, António Baptista disse que o motivo de ali se estarem a manifestar novamente tinha a ver com o facto de respeitar os órgãos democráticos. Relembrou que, em janeiro, o Governo, antes de formular a proposta de lei para entregar à Assembleia pediu que as Assembleias Municipais se manifestassem. Depois da proposta ter dado entrada na Assembleia da República foi a mesma, como órgão de soberania que é, que solicitou às Assembleias Municipais para se manifestarem. Portanto, ali estavam a respeitar dois órgãos de soberania distintos. Em relação à proposta do CDS reafirmou ser objetiva, podiam até criticá-la em várias vertentes, contudo aquela indicava, exatamente, o número de Freguesias que pretendem e as quais queriam agregar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa admitiu ter-se exaltado na intervenção anterior. Contudo, tal prendeu-se com o facto do Presidente da Mesa ter tomado parte na discussão. Na sua opinião, era necessário manter ali as regras de funcionamento daquele órgão. Ao ter criticado a postura da Câmara Municipal e a falta de posição da mesma, obviamente que esperava uma resposta dos seus responsáveis. Jamais esperaria a resposta por parte do Presidente da Mesa, o qual “atropelou” o órgão visado, para justificar a falta de posição da Presidente ou dos Vereadores do mesmo. Perante a parca justificação dada pela Presidente da Câmara que, numa reunião extraordinária, chegaram à conclusão que não era necessário discutirem o tema, porque seria discutido na Assembleia Municipal. Referiu que a competência da Presidente era a de liderar as reuniões de Câmara, mas que tinha uma competência ainda maior que era a política de liderar o Concelho de Portalegre. No entanto, a Presidente de Câmara optou por responder de forma simples, dizendo: “Perante o consenso generalizado de ser a Assembleia Municipal a discutir o assunto, eu remeto-me ao silêncio.” Daquela modo, chegava à conclusão óbvia de que a Presidente da Câmara servia para distribuir sorrisos pelos portalegrenses, mas não para fazer propostas e para liderar. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que a sua proposta foi muito concreta e que não pode ser discutida por estarem numa reunião extraordinária, decidiu-se então que fosse discutida na reunião seguinte. Evidentemente que podia levar a proposta à discussão, contudo só estava ela e o Vereador Nuno e foi-lhe dito pelos restantes que não a iriam discutir, logo estava em minoria e não valia a pena. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Arriaga referiu que a bancada do PS estava a ficar ainda mais confusa, porque o PSD tanto era criticado por levar a proposta à Assembleia, como por não levar. Portanto, teriam de se entender para que não se enveredasse numa discussão estéril e para que se votasse a proposta que estava em cima da mesa. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, perante o que foi dito, ficaram a saber que a Presidente da Câmara, quando se encontrava em minoria ou em desvantagem, deixava de apresentar as suas propostas. Portanto, a mesma, desde logo se demitiu de apresentar o assunto numa reunião extraordinária. ---

Solicitando o uso da palavra, Carlos Vintém pretendeu fazer um ponto de ordem à Mesa, por dois motivos: a discussão já tinha atingido os limites possíveis e cada um já tinha apresentado as suas posições. Em segundo lugar, pretendeu dar uma ajuda ao presidente da Mesa e que era não mais do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

um conselho: quando se estava à frente de uma Assembleia, por muito que custasse, tinha de se assumir como Presidente da mesma e, como tal, deveria representar, de igual forma, todos os munícipes e, inclusive, a Câmara Municipal. Na sua opinião, também ficava mal ao Presidente daquela Assembleia, substituir a Presidente da Câmara nas palavras. Portanto, convinha perder-se algum tempo e controlarem-se melhor as situações que ali se verificaram. Por último, propôs que não se perdesse mais tempo e passasse à votação daquele ponto. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista, enquanto proponente, solicitou que os quatro pontos que ali apresentou fossem votados individualmente. -----

O Presidente da mesa informou que iriam passar à votação das propostas já existentes, começando pela do PSD, que englobava dois aspetos: que a Assembleia tivesse em conta os pareceres das Assembleias de Freguesia e, em segundo, que as Freguesias de Ribeira de Nisa e Urra fossem consideradas, com as necessárias adaptações, não urbanas mas sim rurais. Posteriormente, seriam votadas as propostas do CDS. -----

-Propostas do PSD: -----

1.^a – Aceitação das posições das Assembleias de Freguesia, tal como veiculadas pelos respetivos pareceres:-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 30 votos a favor e 1 contra, aprovar a proposta.-----

Declaração de Voto – CDU (Adriano Capote)

O voto a favor, do ponto primeiro da proposta do PSD, é tendo em conta de que até 15 de outubro é deliberada a reorganização administrativa. E tendo em conta a proposta aprovada da deliberação desta Assembleia em não haver fusões, nem extinções, no Município de Portalegre.

2.^a - Continuidade das Freguesias de Ribeira de Nisa e Urra como rurais, reprovando o considerado no diploma da lei 22/2012, que as vê como urbanas:

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 16 votos a favor e 15 abstenções, aprovar a proposta.-----

Declaração de Voto – CDU (Adriano Capote)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A abstenção da CDU tem a ver com a que disse anteriormente. Nada nesta lei altera a deliberação da Assembleia Municipal de Portalegre, nem sequer o critério do urbanismo.

Declaração de Voto – PS (António Chaparro)

A minha abstenção neste ponto reside no facto e vem ao encontro dos argumentos que aduzi do princípio. Como entendo que o número de Freguesias se deverá manter no Município de Portalegre, optei pela abstenção, em qualquer alteração, quer seja do ponto de vista organizativo ou administrativo, ou seja do ponto de vista de classificação de Freguesias, porque essa classificação poderia, desde logo, induzir a alguma fusão ou extinção ou até mesmo agregação de Freguesias. Portanto, entendi por bem, nem sequer me pronunciar logo a seguir à minha abstenção.

Ponto Prévio – CDU (Adriano Capote)

Tendo em conta que esta lei altera um critério quanto à classificação, a CDU continua a aconselhar que não devia ter sido trazido nem aceite pela Mesa, porque não está no âmbito da Assembleia extraordinária que é a lei e que pode vir a alterar a deliberação da Assembleia de janeiro, sem ter sido programada à mesma.

O Presidente da mesa informou não ser aquele o entendimento da questão. ----

No uso da palavra, António Baptista referiu que, para que o membro Adriano Capote pudesse votar na perfeita consciência, quando se votou ali em janeiro o fizeram antes de haver proposta de lei emanada do governo para a Assembleia para ser aprovada e deram contributos ao Governo para que formalizassem uma proposta de lei que deveria ser aprovada na Assembleia. Portanto, agora estavam ali a manifestar, após a aprovação da lei, para dar o apoio à lei aprovada. Eram pois duas questões totalmente distintas e que não deviam ser misturadas. -----

O Presidente da mesa informou que passariam à votação da proposta do CDS, a qual foi dividida em quatro aspetos:

1.^a – Agregação das Freguesias urbanas da Sé e São Lourenço: -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 24 votos contra, 6 abstenções e 1 a favor, reprovou a proposta.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de Voto – CDU (Adriano Capote)

Quero expressar com o nosso voto contra, o agradecimento e o aplauso da Assembleia Municipal, para que saiba o que anda a fazer.

Declaração de Voto – PS (Luís Testa)

A declaração de voto do PS é simples. É não só para constatar a posição de fundo, quanto à matéria de facto, mas também para enunciar a preocupação segundo a qual não é livre de sentido o facto de voltarmos a discutir exatamente o mesmo ponto e termos votações semelhantes àquelas que tivemos aqui hoje e que já tiveram em janeiro, até outubro.

2.^a – Agregação das Freguesias de Alegrete, S. Julião e Reguengo:-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, 27 votos contra, 3 abstenções e 1 a favor, reprovar a proposta.-----

3.^a - Agregação das Freguesias de Carreiras, Alagoa, Fortios e Ribeira de Nisa.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, 28 votos contra, 2 abstenções e 1 a favor, reprovar a proposta.-----

4.^o - Manutenção da atual Freguesia de Urra. -----

O membro Luís Testa quis colocar um ponto de ordem à Mesa e disse não fazer sentido a votação daquele ponto isoladamente, sem que para tal fosse repescada a votação tida em janeiro, pela simples razão de que iriam ali votar um ponto “desgarrado” de uma proposta complexa. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse que o CDS, enquanto proponente, solicitou que fosse votado em separado e propôs que se mantivesse a Freguesia de Urra. Portanto, os outros partidos se queriam que se mantivessem todas as Freguesias, deveriam ter também apresentado propostas objetivas. -----

Solicitando o uso da palavra, António Oliveira disse ser a favor da manutenção da Freguesia da Urra, mas não naquele contexto apresentado por António Baptista. Portanto, ficava na dúvida se votaria ou contra ou a favor. Na sua opinião, o terceiro ponto ficava prejudicado pela votação dos dois anteriores. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O membro António Chaparro pretendeu fazer um ponto de ordem pessoal e referiu que, perante o que ali já tinha defendido, se a Mesa insistisse na votação daquele ponto ausentar-se-ia da mesma. Não pelo facto de que todas as Freguesias se mantenham, mas porque não fazia qualquer sentido a proposta daquele ponto na Assembleia Municipal. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernando Caetano disse que ao se fazer uma proposta, de qualquer Freguesia, que naquele caso era a Urra, se a Assembleia está de acordo que a mesma seja mantida, pois dava a impressão de que aqueles que votassem contra, queriam acabar com a Urra. Na sua opinião não deveria ser naqueles trâmites e teria de haver uma alternativa democrática.-----

Novamente no uso da palavra, António Oliveira disse que o Município era uma entidade composta por várias Freguesias e não fazia sentido estarem ali a votar a agregação de três e mais três e mais quatro. Relembrou que a proposta foi uma, que era composta por quatro Freguesias, duas urbanas e três rurais, sendo que deviam votá-la como uma proposta única. Disse também concordar com o que disse o membro Caetano. -----

No uso da palavra, Adriano Capote propôs à Mesa para que propusesse a aceitação ou não do ponto em causa à votação.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que teriam de arranjar uma saída airosa para aquele assunto, porque se a proposta em questão fosse votada, a única alternativa que cabia aproveitar aos membros daquela Assembleia, que não concordavam com a mesma, era a de abandonar a sala. E tal atitude não seria prestigiante para a Assembleia. Achou que o Presidente da Mesa poderia aceitar uma proposta do PS que complementasse a do CDS e que tinha a ver com a manutenção de todas as Freguesias, com as suas fronteiras definidas conforme estavam. -----

Novamente no uso da palavra, António Baptista disse estarem a meio de uma votação que foi aceite para que fosse ponto a ponto, logo não fazia sentido que se desse por não válida a votação. -----

Neste momento os membros do PS ausentaram-se da sala das sessões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou que a proposta já tinha sido aceite e, portanto, iriam passar à votação.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, 8 abstenções e 6 votos a favor, aprovar a proposta. -----

Declaração de Voto – CDU (Adriano Capote)

O erro da mesa foi não ter colocado à votação dos membros a proposta apresentada pelo CDS. Quanto nós, continuava a ser fora da ordem de trabalhos. Esta proposta é que não tinha que ser posta à votação porque depois cria-se aqui um cenário ridículo, nesta Assembleia.

Declaração de Voto – PSD (António Oliveira)

Não podia deixar de votar a favor da manutenção da freguesia da Urra, tal e qual como existe, embora não subscreva como resulta da votação dos restantes pontos, a proposta apresentada pelo CDS. Penso que esta deveria ter sido votada num único pacote e não em pontos separados. Em todo o caso só votei a favor porque considero que a Freguesia da Urra deve e merece continuar tal e qual como existe neste momento.

Declaração de Voto – PSD (Miguel Arriaga)

A nossa votação em branco dos membros da bancada do PSD se prendeu apenas com o facto de pretendermos uma votação conjunta de todos estes pontos e não, como é óbvio, com a extinção ou com a não vontade que temos que a Freguesia da Urra permaneça por si.

O Presidente da mesa informou que o ponto um estava encerrado e que iriam passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

2 – Proposta de alteração ao Regulamento das Viaturas de Transporte Coletivo Municipal;

- Deliberação de 2012.07.09 –

Presente informação n.º 2397, de 18 de junho de 2012, do Departamento dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto, Cultura e Turismo a referir que não foram apresentadas sugestões ao projeto de alteração ao regulamento de utilização de viaturas de transporte coletivo municipal, dentro do prazo para apreciação pública e audiência dos interessados. A Câmara Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, deferir a proposta de alteração ao referido regulamento. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro propôs ao Executivo que, de forma sucinta, fosse explicitado o que é que, relativamente à última Assembleia em que aquele ponto foi completado, se tinha alterado até então? A questão seria no sentido de corrigir as anomalias e as imprecisões anteriormente apontadas. -----

Em resposta a vereadora Ana Manteiga disse que os pontos principais incidiam na questão das Associações e das Juntas de Freguesia e o que foi feito para além do período de audiência pública foi também feita uma audiência de interessados, ou seja, o dito regulamento foi para todas as associações e para todas as Juntas, de modo a pronunciarem-se. Portanto, foi com base nos contributos que, posteriormente, foi todo revisto. Mais disse não ter ali presentes, ponto por ponto, mas poderia fazer chegar por e-mail a última alteração com os pontos anotados, respetivamente. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o regulamento.-----

3 – Associação de Bombeiros Voluntários de Portalegre – Atribuição de subsídio;

- Deliberação de 2012.07.12 –

Ofício da Associação de Bombeiros Voluntários de Portalegre, de 1 de março de 2012, a solicitar uma comparticipação extraordinária no valor de 318.512,37€ para manutenção e renovação de estruturas e equipamentos. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da Presidente da Câmara e atribuir o subsídio no valor total de 293.512,00€, por considerar que o mesmo é de relevante interesse municipal. -----

O Presidente da mesa pôs à consideração dos membros a discussão do ponto 3 e 4 em conjunto, embora com a votação em separado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa disse que, somente por uma questão regimental e de apreciação das competências da Assembleia Municipal, não sabia em que termos é que a Assembleia Municipal tinha competência para aprovar ou deixar de aprovar subsídios, porque aquela competência era do órgão Executivo (Câmara Municipal). A Assembleia Municipal aprovava sim e discutia as grandes opções do plano, os orçamentos e os grandes documentos que, depois de cabimentados, a Câmara atribuiria. Portanto, propôs a retirada daquele ponto. -----

No uso da palavra a Presidente da Câmara informou que não era propriamente a atribuição de um subsídio o que estava ali em causa, mas sim o plano de atribuição do mesmo e visto tratar-se de um plano plurianual, de interesse municipal, a competência era da Assembleia. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que aquilo que consagrava obrigatoriedade de ser submetido à Assembleia Municipal era a proplurianualidade do plano de pagamentos e não o especial interesse municipal, porque todos os dias o órgão Câmara Municipal lidava com coisas que eram de especial interesse municipal. Disse inclusive que aquele plano de pagamentos não só diria respeito àquele mandato, como faria transcórrer o plano de pagamentos para um mandato ulterior e, portanto, teriam de ter um especial dever de observância relativamente àquilo que fosse colocado. -----

A Presidente da Câmara disse que era exatamente aquilo e que quando se mandou retirar o ponto em causa, foi porque o mesmo era plurianual, ou seja passava para os outros anos económicos e tinha de ser uma competência da Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Adriano Capote considerou que todos os assuntos do Município eram de interesse municipal. Contudo, os Bombeiros, uma Associação de Bombeiros e um Corpo de Bombeiros não eram exatamente o mesmo que qualquer entidade dentro do município. Portanto, quando se confundia aquilo dava origem ao que ali estava a acontecer e quando não tiverem Bombeiros é que alguém iria perceber porque é que não eram de interesse municipal. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa que aquilo que a bancada do partido socialista pretendia era discutir o ponto três. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse que a entidade alvo daquele subsídio plurianual que o Município de Portalegre, por unanimidade, aprovou em reunião de Câmara era relativamente pacífico. Portanto, o interesse público municipal que realmente estava subjacente à salvaguarda dos interesses e da defesa dos Bombeiros Voluntários de Portalegre teve ali a resposta devida, da parte do Executivo camarário, e estava convicto de que também a teria da parte daquela Assembleia. Disse ainda que aquele ponto não podia ser, evidentemente, dissociado de algumas práticas do passado que colocaram a Associação dos Bombeiros Voluntários na situação financeira em que se encontravam e se fizessem a discussão daquele ponto, passando única e exclusivamente pela rama aquilo que foi aprovado, sem recordar a vergonha e a “nódoa negra” que foi a organização do célebre concerto do Júlio Iglésias no Concelho, estariam a prestar um péssimo serviço a Portalegre. Acrescentou que, finalmente, em Portalegre, a Câmara Municipal decidiu assumir a dívida daquele concerto para com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, coisa que deveria ter feito na altura, visto ter sido um ato aprovado por todos os Vereadores do PSD, na altura, e inclusivamente pelo Vereador do Partido Comunista e que teve os custos que ainda hoje os Bombeiros estavam a pagar, como ali se percebia através da atribuição daquele subsídio extraordinário que a Câmara agora lhes atribuíra. Portanto, chegou a hora de a Câmara assumir, de uma vez por todas, aquela dívida, a qual nunca quis assumir, mas que agora o estava a fazer, daquela forma. Por último, disse que se alguém tinha alguma dúvida das afirmações ali proferidas, sugeriu aos serviços da Câmara que disponibilizassem a todos os membros daquela Assembleia o ofício 3732, datado de 10 de março de 2004, o qual tinha como assunto: Júlio Iglésias e que estava dirigido ao dr. Alexandre Basto, da Direção Geral da Sociedade Portuguesa de Espetáculos e que dizia o seguinte: “Na sequência dos contactos e reuniões efetuadas, a Câmara Municipal de Portalegre vem confirmar a compra de um espetáculo como artista Júlio Iglésias, a realizar no dia 03 de julho de 2004, no estádio polivalente dos Assentos. A Câmara Municipal de Portalegre compromete-se a pagar as seguintes quantias: 260.000,00 € que inclui honorários do artista, honorários dos músicos, honorários dos técnicos e do restante staff, despesas com o avião privado do artista. Ponto 2: 198.000,00 €, referente ao pagamento da produção a realizar pela SPE, que inclui todas as despesas com os itens discriminados no mapa 1, em anexo. Além do pagamento das referidas verbas, a Câmara Municipal de Portalegre será ainda responsável pelo pagamento direto dos itens mencionados no mapa 2, em anexo. Com os melhores cumprimentos, o Presidente da Câmara – José Fernando da Mata Cáceres.” Por tudo aquilo, estava na hora da Cidade saber a verdade acerca daquela vergonha, que levou os Bombeiros à situação financeira difícil e complicada que estavam a atravessar, porque foi a gestão do PSD e o ato em si que levou àquela situação e tal facto não podia passar em claro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Adriano Capote disse que já há alguns anos que tem lutado contra aquilo que o desafiam a fazer, porque foi Presidente da Associação dos BVP já depois do espetáculo e apanhou o processo em andamento. Referiu que como a única entidade responsável pela dívida, legal e juridicamente, foi e continuava a ser a Associação dos BVP, nunca “atirou tiros ao ar” sem saber porquê, pois poderiam cair em cima dos que não tiveram culpa nenhuma, a não ser os que acreditaram que um espetáculo daqueles poderia ser lucrativo e qualquer direção que caísse na tentação de trazer cá o Júlio Iglésias pensando que iriam ter lucros, ele nunca o fez. Acrescentou que, em nome do Bombeiros e de uma Associação que tinha as dificuldades que efetivamente tinha, seria bom que não se puxasse com aquele fervor, na praça pública, a verdade sobre uma coisa que toda a gente sabia: o concerto do Júlio Iglésias foi caro e deu prejuízo! A Câmara levou a Associação a fazer o concerto! Mais disse que houve assuntos que ele próprio tratou com o Sr. Bastos e tentou resolver a dívida, depois, quando entrou para a associação. No entanto, foi-lhe dito para não continuar as conversações porque estaria a “estragar o negócio”. Disse inclusive que se fosse a CDU a estar à frente da Câmara, na altura, também teria embarcado naquele negócio mas o que nunca teria feito foi o que o Presidente Mata Cáceres fez a seguir: como é que se pagava algo, a quem se devia, sem ter dinheiro; assim como ir para a frente, como era o seu estilo, pensando que o dinheiro apareceria. Portanto, tal atitude levou-os ao ponto em que agora se encontravam. Disse ainda que, enquanto Presidente daquela Associação, afirmou que poderia resolver a dívida para menos, mas nunca se podia deixar de pagar ao individuo que cantou. O único que ainda não recebeu o dinheiro foi, efetivamente, o cantor porque quem organizou o espetáculo, embora com um truque, já o recebeu. No entanto, considerou que a Câmara se “armou em heroína” ao dizer que tinha sido enganada, contratualmente, porque não sabia ler inglês, o que não deixou de ser má gestão da coisa pública e má diplomacia. Portanto, naquelas circunstâncias, tanto o Município, como a Associação e até mesmo a Cidade de Portalegre pagaram mais do que o que poderiam ter pago. Para si, aquele empréstimo aos Bombeiros tinha a ver, indiretamente, com o Júlio Iglésias, porque mesmo que a Associação dos Bombeiros não tivesse gasto dinheiro e não tivesse tido prejuízo, o PSD, no mandato atual, já fez muito mais do que 500.000,00€ de prejuízo para Portalegre com a política de destruição do serviço social de saúde. Concluiu, referindo que gostaria de, em vez de irem para ali dizer que o concerto em causa foi um erro crasso da Câmara e do Mata Cáceres, dissessem que a política de serviço social de saúde é estava a destruir Associações de Bombeiros como a de Portalegre, que para ter as condições como devem ter é que têm de ir buscar dinheiro. Para terminar, afirmou que quem quis inaugurar o estádio municipal (Eduardo Lima), com o Júlio Iglésias foi o Mata Cáceres. ---

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de Voto – PS (Luís Testa)

Como é óbvio, o Partido Socialista não poderia deixar de aprovar este subsídio altamente extraordinário à atividade dos Bombeiros Voluntários, mas, sem antes fazer a ressalva respetiva. É que uma grande parte deste subsídio, senão a totalidade, só faz efetivamente falta porque todos os meses, os Bombeiros Voluntários de Portalegre têm de cumprir religiosamente um empréstimo bancário que contraíram com a banca, por virtude de terem que amortizar o investimento feito e pouco lucrativo, de um tal concerto com um artista do showbiz. E, portanto, o Partido Socialista aprova aqui este subsídio com um duplo sentimento: com o sentimento de que está a servir uma Associação que presta um serviço valoroso à comunidade, que deve ser objeto de ajuda por parte do poder local; mas também com um sentimento de traição, de traição feita pelo partido que tem governado os destinos do Município e que, a determinada altura, se serviu dos BVP para inaugurar um estádio com um artista renomado. E, portanto, é entre a traição e o objetivo do dever cumprido e que estará sempre por cumprir, que o partido socialista aprova este subsídio.

4 – 2ª. Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre do ano de 2012.

Deliberação de 2012.07.12 -

Presente a 2ª. Revisão ao Orçamento e a 2ª revisão às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre do ano de 2012. A Câmara Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os referidos documentos. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que, relativamente a algumas práticas do passado, estava ali para as resolver e ao ter sido acusada de não tomar decisões e de distribuir sorrisos, acrescentou que outros havia que já nem sorriam. Quanto à proposta anterior, informou ter sido ela própria a apresenta-la, além de que foi necessário ter engenharia financeira para arranjar o dinheiro. Relativamente ao ponto número quatro e dando cumprimento à deliberação do ponto anterior para atribuição do subsídio, disse que se propunha à Assembleia Municipal a 2ª revisão orçamental, retirando o dinheiro á rubrica da construção da Via da Meia Encosta (80.000,00€), de forma a reforçar o subsídio dos BVP de 84.000,00€. Contudo ainda era insuficiente e era também retirado de outra rubrica, referente à aquisição e reparação de equipamentos de transporte e recolha de resíduos, cerca de 4.897,00€. Seria igualmente feita uma transferência de capital das juntas de Freguesia para as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

despesas correntes que se prendia com um valor 2.827,00€, que tinha que ver com uma dívida de despesa corrente da Junta de Alegrete.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que a Presidente da Câmara se colocava num papel que lhe ficava mal, porque referiu que estava ali para resolver os problemas do passado, como se não tivesse sido a mesma conivente com aqueles problemas que foram arrançados, ao longo dos últimos dez anos. Acrescentou que no dia em que a atual Presidente se decidiu candidatar numa lista do PSD, atrás do seu guru político – José Fernando da Mata Cáceres – estava a subscrever, na íntegra, todos os cheques que lhe estavam endossados. Portanto, a Presidente era, no mínimo, corresponsável pelo dislate financeiro que o Município vivia. Mais disse que decisões daquelas eram as mais simples de tomar por uma Presidente, pois era somente agarrar em despesa que estava comprometida, retirá-la do ano corrente e passá-la para anos futuros e então, naquele ano, arranjar disponibilidade em orçamento para cumprir coisas que viessem e que fossem novas. Portanto, aquilo não era nenhuma engenharia financeira, mas sim apenas uma chica-espertice de gestão corriqueira de uma mercearia qualquer. Mais referiu que se quisessem ser inteligentes, do ponto de vista intelectual, a Presidente quando dizia em todo o lado que já tinha arrançado forma de a dívida e do défice da Câmara ter sido reduzido, deveria assumir que as coisas não eram tal e qual como as dizia, pela simples razão de que, na Assembleia Municipal da aprovação das contas, todos ali tinham chegado à conclusão de que a redução das dívidas do município era efetuada, única e exclusivamente, porque receberam aquilo que tinham a receber dos fundos comunitários. Portanto, não existia nenhuma gestão extraordinária que permitisse reduzir a dívida do Município. Mais disse que a Presidente da Câmara governava uma casa ingovernável e também dizia, sistematicamente, não ter nada a ver com o passado, quando se candidatou em nome desse mesmo passado e também dizia existirem louros que eram da própria, quando eram louros exclusivos do decurso dos tempos. Por último, que quem estava no poder, quem tinha pelouros, quem não tinha, que estava na oposição e até o cidadão comum, saberia que no decurso das candidaturas feitas, aprovadas e depois de feitos os investimentos, algum dia haveria de chegar a contrapartida dos fundos comunitários. Portanto, foi o que aconteceu e foi por aquela via que a Presidente diminuiu a dívida, logo o mérito não era nenhum. -----

Usando da palavra, a primeira secretária da mesa, Alexandra Carrilho, solicitou aos membros presentes, enquanto deputados municipais, algum cuidado com o nível e a linguagem utilizada, advertindo que existiam termos que não se deveriam usar ali pois envergonhavam a própria Assembleia Municipal. Agradeceu para que não acontecesse novamente e para que tivessem elevação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara admitiu que o que o membro Luís Testa havia dito era, em parte, verdade. E só assim poderia ter sido, porque, de facto, não tinham receita. Aliás, cada vez que ia alguma coisa à reunião de Câmara para se vender, a bancada do PS votava contra. Portanto, receitas extraordinárias não tinham e era, de facto, dinheiro que entrava dos fundos comunitários. Contudo, não se deveria ignorar o esforço que estava a ser feito pela autarquia, e que implicava cerca de um milhão de euros de diminuição de despesa e era devido a muita contenção e rigor que se esta a conseguir pagar dívida da Câmara Municipal, da qual, atualmente, já estavam pagos cinco milhões. Portanto, deviam ter coragem para reconhecer tal atitude. -----

No uso da palavra, Miguel Monteiro disse já ter dado para perceber que, quanto a receitas extraordinárias, a Câmara, infelizmente, não as conseguia obter, mas despesas extraordinárias ainda tinha algumas. Realçou o termo extraordinárias porque, efetivamente, eram mesmo extraordinárias. Referiu também que, nos últimos tempos, a Presidente da Câmara tinha feito passar para a opinião pública local a ideia de não conseguir fazer mais cortes, nem sabia onde mais cortar para reduzir a despesa da Câmara Municipal. Contudo, todos sabiam, conforme esteve na opinião pública há poucas semanas, que uma vez mais a receita da Presidente para cortar despesa recaiu sobre as Freguesias, as associações locais e sobre todos os habitantes, porque todas aquelas Freguesias e as suas associações eram as entidades que estavam a fazer o trabalho que a Câmara municipal deveria fazer e não fez. Portanto, com todo aquele trabalho meritório das referidas entidades, era ao bolso daquelas que a Presidente da Câmara propôs que se fosse para se atribuir dinheiro a outras entidades. Disse ainda que o que era verdadeiramente extraordinário era a Presidente continuar com aquele discurso e nunca ter explicado que tipo de ajustes diretos é que a Câmara tinha andado a fazer nos últimos tempos; até porque, ao mesmo que propunha cortes imorais às Freguesias e às Associações, fez um ajuste direto no valor de 11.573,00€, no passado dia 27 de junho, á empresa Agoramarketing – sociedade unipessoal, Ld.^a. Aquele nome já ali foi mencionado em outras ocasiões, mas continuava a ser um mistério qual seria o verdadeiro trabalho que aquela empresa fazia para o Município de Portalegre para que fosse, sistematicamente, brindada com ajustes daquela natureza. Acrescentou que, tendo em conta o facto da Câmara ter bons funcionários e infraestruturas para prestar o serviço, gostaria de saber que ajustes diretos eram os que se fizeram à empresa Enpev – gestão de espaços verdes, S.A., a qual teve um ajuste em 21 de janeiro de 16.000,00€ e no dia 08 de maio outro de 23.500,00€. Portanto, só aqueles três ajustes somados importavam a cerca de 50.000,00€; verbas como aquelas que a Presidente da Câmara Municipal de Portalegre se dava ao luxo de discutir com as Associações e com as Freguesias, não no sentido de as apoiar, mas de lhes retirar os montantes anteriormente acordados. Portanto, aquelas verdades tinham de ser ditas e a Presidente não deveria continuar a passar a imagem de já não saber onde podia cortar mais. Em conclusão, referiu que a Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não poderia tirar àqueles que mais precisam e que mais trabalhavam em prol de Portalegre para dar em ajustes diretos a empresas que nem se sabia muito bem o que andavam a fazer. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que, relativamente à primeira empresa, não tiraram do orçamento mas sim de uma candidatura, a qual tinha o intuito de segurar o dinheiro do FEDER, ou melhor, tinham uma candidatura a decorrer e havia um trabalho a finalizar que irá, brevemente, ser disponibilizado a todos e que irá elucidar muitas pessoas, relativamente a determinadas entidades. Quanto ao outro ajuste, disse não ter ali os elementos necessários para poder explicar. Afirmou estar a fazer, trimestralmente, os relatórios necessários para tentar perceber quanto é que ainda se podia “emagrecer” nos custos. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse terem ficado extraordinariamente esclarecidos sobre as motivações da Presidente de Câmara. Porque relativamente às Freguesias todos sabiam o trabalho que efetuavam em prol das populações e em que uns queriam agregá-las, outros queriam cortá-las, mas que, no fundo, se conhecia bem o trabalho feito pelas mesmas, nomeadamente as rurais que eram extensões do trabalho do Município e nas quais eram delegadas funções que eram atribuições e competências do próprio Município. No entanto, para aquelas Freguesias existia sempre o “olho aberto” para se reduzir o orçamento, para se cortarem os protocolos, para se acabar o financiamento ou para se emagrecer gorduras que não existiam. Contudo, a Presidente chegou ali à reunião e disse que uma tal de “EMPEV”, a qual recebia alguns milhares de euros, mas que não sabia muito bem nem se recordava o que é que a mesma fazia. Se perante um volume tão grosso de despesa, a Presidente não se recordava, então seria de cortar porque, de certeza absoluta, não seria nada de relevante. Relativamente à firma Agoramarketing, desconfiava que aquele empreendimento, objeto de algumas candidaturas que a Presidente não soube explicar a que eixos reportavam e em que o objetivo é coberto por um véu muito ténue, era contratada pelo Município de Portalegre que, já com as eleições próximas, tinha o objetivo de começar a distribuir propaganda eleitoral, travestida de propaganda municipal. Disse ainda que o PS estaria muito atento, porque a pior propaganda era a que era feita à última da hora e se a Presidente tivesse mantido, com regularidade, um boletim municipal em que informasse todos os munícipes das intenções da Câmara, do trabalho das Juntas de Freguesia e das Associações locais e que desse voz às oposições, como os boletins municipais obrigam, então aí sim teria o apoio de todos. Porém, o que estaria a manifestar, provavelmente numa elaborada candidatura a vários eixos era uma empreitada de promoção política de última hora. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que a empresa EMPEV era financiada a cem por cento e destinava-se aos Sapadores Florestais, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

compra de material indispensável aos mesmos, o qual tinha um retorno a cem por cento. Quanto ao restante, ainda seria ali presente na Assembleia e com certeza não tinha nada a ver com propaganda política, aliás o QREN iria fiscalizar e, garantiu que tinha a ver com candidaturas.-----

No uso da palavra, Carlos Vintém perguntou qual era o valor máximo pelo qual se podiam efetuar os ajustes diretos das autarquias? -----

A Presidente da Câmara informou que eram 85.000,00€-----

Novamente no uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, uma vez que a Presidente não o fez, iria ler o que estava no respetivo portal dos ajustes diretos da Câmara Municipal, que como se sabia era público e que, relativamente à firma Agoramarketing, a justificação que foi dada foi a mesma obtida há cerca de um ano atrás; o site dizia o seguinte: “Conceção, produção e edição de brochura de divulgação das ações que integram a operação Plano de Ação Portalegre – Parcerias para a regeneração urbana.”. Portanto, já iam em cerca de 4 dezenas de milhares de euros só em ajustes diretos para aquelas brochuras. Questionou se aquilo seria um projeto assim tão relevante que justificasse a elaboração das mesmas? -----

A Presidente da Câmara disse que teria todo o gosto em trazer aquelas brochuras à Assembleia Municipal. Lamentava que o dito portal, relativamente ao EMPEV, não dissesse nada. -----

No uso da palavra, Luís Testa que a Presidente, ali, não lamentava, mas sim temia, porque ia para aquelas Assembleias com um temor inacreditável e, afinal de contas, percebia-se bem porquê. Não percebia o porquê de o Presidente da Mesa lhe cortar a palavra, quando ele estava a fazer uma intervenção. Acrescentou que o temor da Presidente da Câmara se revelava em aspetos tão simples como o facto de não saber a que é que reportava um ajuste direto, sendo um ajuste de montante tão elevado e tendo o mesmo a relevância do facto de ser participado a 100%, o que era inacreditável. Mais disse que, a Presidente da Câmara, que se vangloriava em conhecer de trás para a frente todos os pelouros do Município, afinal não conhecia a que é que reportava um investimento de 40.000,00€. Quanto à Agoramarketing, já era tarde para resolver a questão porque, depois de tantos ajustes diretos àquela empresa, o que se constatava era que a produção objetiva era igual a zero e aquilo que provavelmente iria acontecer era que, quando todos tivessem acesso a todas aquelas brochuras, iriam ser idênticas às da fundação Robinson, ou seja, de excelente qualidade mas os eleitos locais só tiveram oportunidade de conhecer dois ou três números, dos cerca de 19. Acrescentou que, daqueles números, apenas lhes foi dito que tinham esgotado mas, no entanto, não chegaram a saber onde nem com quem.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente informou que as brochuras da fundação Robinson foram distribuídas para toda a população. -----

Pedindo o uso da palavra, Miguel Arriaga disse que as propostas e as questões colocadas pela bancada do PS todas tiveram resposta. No entanto, talvez não fossem as respostas desejadas pelo PS porque, no seu parecer, o que pretendiam era o que vulgarmente se apelidava de política de “terra queimada”, ou melhor, procurarem o despesismo na espera de encontrarem qualquer coisa negativa para ser exacerbada e para tentarem trazer ao de cima os aspetos negativos da Autarquia. Ressalvou o facto de que a Câmara conseguiu reduzir a sua dívida em, aproximadamente, 5 milhões de euros, num curto espaço de tempo, o que deveria ser de felicitar. Por fim, agradeceu à Presidente pela sua transparência e por tudo o que tinha feito por Portalegre. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 29 presenças aprovar o documento.-----

Aprovação em Minuta:

O Presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, em 23 presenças.-----

FALTAS:

=====

Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da mesa, encerrada a 19.^a Sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23.30 h, do dia 24 de julho, do ano de 2012 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário(a) da Mesa, a redigi e subscrevo.